

AS ORAÇÕES MODALIZADORAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO NA REVISTA *ISTO É*

Cibele Alves de OLIVEIRA¹
Arlete Ribeiro NEPOMUCENO²
Maria Ieda Almeida MUNIZ³

Considerações Iniciais

Numa perspectiva discursiva, neste artigo, abordamos as orações modalizadoras em artigos de opinião na revista *Isto É*, na seção *Última Palavra*, com diferentes articulistas, valendo-nos dos pressupostos teóricos da Gramática Tradicional (GT) e da Teoria dos Atos de Fala em interlocução com a Linguística Textual.

Para atingir tal propósito, objetivamos evidenciar diferentes modos de dizer, ou seja, o(s) modo(s) como as orações modalizadoras se comportam no momento em que os enunciados são produzidos na situação enunciativa, mostrar o encaixamento de cláusulas na visão da linguística levando em conta as orações modalizadoras, bem como apresentar um esboço da Linguística Textual.

A justificativa para este trabalho prende-se ao fato de que a Gramática Tradicional, doravante GT, não consegue abordar, de maneira satisfatória, as orações ditas principais e subordinadas substantivas subjetivas e objetivas diretas, visto que essas orações atuam como um mero complemento sintático da oração principal. Nesse viés, observamos uma análise limitada ao aspecto frasal que leva em conta somente o fator sintático dentro dos limites do período composto.

Justifica-se, então, pelo fato de a análise ter de ser norteada por elementos que estejam além da frase, voltando-se para a análise da linguagem em seu funcionamento, valorizando, nos termos de Koch e Travaglia (2002, p.136), as “intenções, sentimentos e atitudes do falante com relação ao seu discurso”, pois, a cada enunciação, novas situações discursivas surgem.

Desse modo, o ato da enunciação é o ponto crucial para a compreensão, análise e interpretação de qualquer discurso dentro de um contexto. Por esse caminho, afirmamos que a análise das orações classificadas como principais e como subordinadas substantivas subjetivas e objetivas diretas deve ser pautada no texto⁴ e na enunciação, no sentido de expandir o foco dos estudos gramaticais para além do eixo da normatividade.

¹ Pós-graduada em Linguística Aplicada ao Ensino do Português pela Unimontes. E-mail: cibeleteletras@yahoo.com.br

² Doutora em Estudos Linguísticos na FALE/UFMG. Professora de Linguística da Unimontes/MG, no Departamento de Comunicação e Letras. E-mail: arletenepo@gmail.com

³ Doutora em Linguística Aplicada em Estudos da Linguagem (LAEL). Professora de Linguística Aplicada do DALET da UTFPR. E-mail: muniz@utfpr.edu.br

⁴ Neste artigo, seguindo a orientação de Koch (1996, p. 21-22), tomamos texto e discurso como noções semelhantes. Nesse contexto: “texto, como também ocorre com o termo *discurso*, tem sido conceituado de maneiras bastante diversas. Basicamente, pode-se tomá-lo em duas acepções: em sentido lato, para designar toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano [...], isto é, de qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, tem-se o *discurso*, atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação [...] como também o evento de sua enunciação. O discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos – em seu sentido estrito

Este artigo possui como *corpus* textos de opinião publicados no período de Setembro de 2010 a Abril de 2011, na seção *Última Palavra*, da revista *Isto É*. A escolha deste *corpus* evidenciou situações de enunciação nas quais os articulistas exprimem juízo de valor acerca de assuntos abordados, o que deixa, de modo sutil, a voz deles, na produção de diferentes modos de dizer.

No tocante aos procedimentos metodológicos, valemo-nos de uma análise de cunho qualitativo-interpretativo, na qual os dados são analisados de modo indutivo, tratando da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados às informações obtidas. A análise foi dividida em três momentos: o primeiro foi dedicado à coleta e seleção dos textos. O segundo concentrou-se na organização dos textos levando-se em conta as orações modalizadoras. Por fim, realizamos a análise qualitativa levando-se em conta os modalizadores em foco, como veremos mais adiante.

De forma a realizar nossos objetivos, num primeiro momento, levando-se em conta os complexos oracionais, procedemos a uma descrição gramatical da coordenação e da subordinação, para, num segundo momento, num viés linguístico, defender a tese de que as orações apontadas como principais na GT funcionam como orações modalizadoras no que se refere à proposição da oração rotulada como subordinada na terminologia gramatical, a qual será encaixada nos moldes da Linguística, como trataremos mais adiante.

Assim, pretendemos com este estudo apontar possibilidades de análises linguísticas que tragam respostas plausíveis para os problemas que envolvem o tratamento das orações ditas principais e subordinadas substantivas subjetivas e objetivas diretas.

Orações Subordinadas Principais, Substantivas Subjetivas e Objetivas Diretas: uma abordagem tradicional

Retomando as gramáticas de Bechara (1968; 1982; 2001; 2009), Cunha e Cintra (1985), Rocha Lima (1968; 1982) e Cegalla (2008), no que diz respeito às orações ditas subordinadas substantivas e principais, não há dúvidas sobre as dificuldades que envolvem este tema se levarmos em conta a situação enunciativa. Assim, procedemos a uma discussão acerca das perspectivas apontadas por esses gramáticos. No que se refere às descrições do período composto por subordinação, levamos em consideração os avanços e retrocessos envolvendo conceitos e funções relativos à ideia de oração principal, orações subordinadas substantivas subjetivas e objetivas diretas.

Bechara (1968) aponta uma descrição abrangente acerca de tais orações. Segundo ele, no período composto, sintaticamente, as orações podem ser *independentes* e *dependentes*; e não orações *coordenadas* e *subordinadas*, respectivamente. Nesse viés, *independente* é aquela que não exerce função sintática de outra a qual se liga. Ele ainda acrescenta "(...) independentes porque

- que consistem em qualquer passagem falada ou escrita, capaz de formar um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, assim, de uma unidade semântico-pragmática, de um contínuo comunicativo textual que se caracteriza, entre outros fatores, pela coextetrência e pela coesão, conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto".

uma não exerce função sintática de outra; ambas reúnem em si todas as funções de que necessitam para se constituírem por si sós unidades do discurso” (1968, p. 266). Já a oração considerada *dependente* exerce função sintática de outra e vale por um substantivo; no caso das orações analisadas, a *dependente* funciona como um termo sintático que aparece sob forma de oração.

Nesse sentido, ele assevera:

A maioria dos tratadistas tem colocado em pontos opostos *coordenação* e *subordinação*, mas um exame detido nos patenteia que a oposição que se deve estabelecer não é entre *coordenadas* e *subordinadas*, mas entre orações *dependentes* e *independentes*. A coordenação é um processo de estruturação de orações de mesmo valor sintático, quer sejam independentes (onde a equivalência é permanente) ou dependentes (onde a equivalência se dá quando exercem idêntica função sintática). Infelizmente a NGB, embora reconhecendo que “coordenadas entre si podem estar quer principais, quer independentes, quer subordinadas”, não rompeu de uma vez por todas com a tradicional oposição que aqui pomos de lado (BECHARA, 1982, p. 218-219).

Bechara, validando a sua abordagem sintática, declara que o sentido que as orações trazem ao período não é considerado relevante, em virtude de tal sentido poder ser ou não aquele de que necessita as orações dependentes. Nas palavras de Bechara (1968, p. 268): “Isto nos patenteia que a determinação da *oração principal* não envolve a preocupação de apontar o *sentido principal*. Oração principal não é a que encerra o *sentido principal*, mas a que tem um dos seus termos sob forma de oração”.

De acordo com essa proposição, mantida tanto na gramática de 1968 quanto na gramática de 1982, a mudança ocorre no sentido de ele não diferenciar oração coordenada de subordinada, mas sim de diferenciar oração dependente de oração independente. Nessa veia, Bechara (1968; 1982; 2001) insiste no conceito sintático de oração independente, dependente e principal; entretanto, acrescenta um dado novo: a procura da oração principal nem sempre coincide com a determinação da ideia ou do sentido principal do contexto.

Mais adiante, em Bechara (2009), já não se encontra mais essa proposição detalhada em relação à ideia de oração dependente e independente, mas sim encontramos uma mudança de terminologia, na qual denomina a subordinação como *hipotaxe*, sem entrar muito em detalhes, caso em que a oração passa a uma camada inferior dentro do período funcionando como pertença, membro sintático dentro de uma unidade superior que seria a oração principal.

Quanto às orações principais, Bechara (2009) mantém a ideia de que elas seriam aquelas que têm um de seus termos sob forma de outra oração. Verificamos o fato de ele não mencionar os comentários postulados em 1968; 1982; 2001, como já vimos, os quais já apontam, timidamente, para um viés semântico das orações principais.

Por sua vez, Cunha e Cintra (1985), tratando, ainda, do conceito de *oração principal*, postulam que essa oração é a que contém a declaração *principal* do período, rege-se por si e não desempenha nenhuma função sintática em outra oração do período. Se a oração principal possui a declaração principal do período, entendendo declaração como proposição de sentido completo, podemos afirmar que, nesse ponto, Cunha e Cintra (1985) diferem de Bechara (1968), uma vez que Bechara (1968) pontua que não importa se o sentido que a oração principal encerra “é ou não

aquele de que dependem as outras orações” (BECHARA, 1968, p. 268), já Cunha e Cintra (1985) mencionam a ideia de declaração, sentido principal. Porém, vimos que, em muitos casos, as orações principais não encerram a declaração principal do período em se tratando da situação de enunciação, conforme pondera Koch (2002), como será visto mais adiante.

Cunha e Cintra (1985), no que se refere ao conceito de oração subordinada, afirmam que orações subordinadas são aquelas sem autonomia gramatical, a saber, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração. Eles ainda postulam o fato de a *oração principal* servir sempre de suporte a uma *subordinada*, no entanto, apontam que essa não seria a característica primeira da oração principal, mas sim a ideia de ela não exercer nenhuma função sintática em outra oração do período.

Ora, se a principal serve de suporte, reforço, apoio para a subordinada, como ela seria o termo acessório do período? Como eles mesmos asseveram, oração principal pode dar ensejo a duplas interpretações: tanto no plano lógico quanto no plano gramatical.

Já Rocha Lima (1968; 1982), no que concerne aos conceitos de *oração principal* e de *oração subordinada*, assevera: “No período composto por *subordinação*, há uma *oração principal* e uma ou mais que representam desdobramentos dos vários termos dela. As diversas funções sintáticas são exercidas pelo substantivo, pelo adjetivo, pelo verbo e pelo advérbio (...)”. Assim sendo, percebemos que as definições desse gramático sobre *oração principal* e *oração subordinada* ainda estão voltadas para a classificação tradicional que se tem percebido na maioria dos gramáticos.

De igual modo, Cegalla (2008), ao tratar do período composto por subordinação, se atém ao conceito de oração que depende sintaticamente de outras que é termo de outra. Assim, para *oração principal*, Cegalla (2008) apresenta o seguinte conceito “Oração principal é a *que não exerce, no período, nenhuma função sintática e vem acompanhada de oração dependente, que lhe completa ou amplia o sentido*”.

No caso de Cegalla (2008), há um acréscimo pelo fato de ele apontar a *oração subordinada* como sendo aquela que completa ou amplia o sentido da principal, numa abordagem sintático-semântica.

Defendemos, então, o fato de se tentar fazer uma análise do período composto, especificamente por subordinação (orações substantivas), sob uma ótica transentencial, na qual se priorizam as intenções de quem fala, o momento em que fala, já que não existem discursos neutros, mas sim eivados de uma intencionalidade, com diferentes propósitos, em virtude de a análise gramatical se prender ao nível frástico.

Na sequência, focaremos a teoria dos atos de fala em virtude de eles estarem imbricados a todo momento na situação de enunciação.

Teoria dos Atos de Fala

A Teoria dos Atos de Fala nasce das proposições dos filósofos analíticos de Oxford, cujo pioneiro é Austin, seguido por Searle, Strawson e outros. Esses filósofos, de acordo com Koch e Vilela (2001, p. 417) “(...) entendiam a linguagem como forma de ação (“todo dizer é um fazer”) e

passaram a refletir sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem: *os atos de fala, de discurso e de linguagem*.” Dessa maneira, Searle, tomando como fundamento os estudos de Austin e Strawson e vendo a linguagem como uma forma de ação, institui a Teoria dos Atos de Fala propondo que a comunicação linguística abrange atos linguísticos elegendo-os como as unidades básicas da comunicação.

Searle (1969, *apud* KOCH, 1981) argumenta que, ao proferir qualquer enunciado, o falante realiza, pelo menos, três tipos distintos de atos:

- o ato de proferir palavras (morfemas, frases);
- os atos de referir e predicar (atos proposicionais);
- um ato de afirmar, perguntar, prometer, aconselhar, etc., a que denomina de *ato ilocucionário*.

Os atos de proferimento consistem simplesmente em produzir cadeias de palavras; já os atos proposicionais e os ilocucionários consistem em proferir palavras sob forma de enunciados, não só em certos contextos, como também em certas condições e intenções.

Todo ato de fala, de acordo com Searle (1969, *apud* KOCH, 1981), é, concomitantemente, *locucionário* (uma atividade de ordem fonética, uma atividade de ordem gramatical, uma operação semântica, independentemente da situação de comunicação, e, por fim, um estado de coisas), *ilocucionário* (aquele que pelo fato de ser enunciado, estabelece entre os interlocutores determinadas relações, sendo governado por regras específicas do discurso de modo a caracterizar a sua força ilocucionária), bem como *perlocucionário* (para esse último ato haveria a intervenção de outras leis cuja aplicação se estenderia bem além do discurso, em razão de dizerem respeito aos comportamentos ou atitudes que desejamos obter do ouvinte).

Daí o fato de Searle (1969, *apud* KOCH, 1981) caracterizar a língua como instituição social e como atividade de enunciação. Ao enunciar uma frase, numa situação de comunicação determinada, o locutor realiza certo tipo de ato social, definido pela relação que se estabelece, por meio de sua enunciação, entre falante e interlocutor. Nesse viés, Koch (1981, p. 25) aponta que, ao reconhecer a existência dos atos ilocucionários, Searle, amplia o domínio de tais atos e postula que todo ato de fala possui uma força ilocucionária (implícita ou explícita), o que, para ele, reforça a necessidade de incorporarmos aos estudos linguísticos o campo da enunciação.

Portanto, se a Teoria dos Atos de Fala, na perspectiva de Searle, trata do momento da enunciação, das relações e intenções que se estabelecem entre falante e ouvinte no momento em que propõem um enunciado, faz-se relevante para a análise proposta neste artigo.

Modalizadores Discursivos

Ao propor um trabalho que considere a enunciação, é preciso que a categoria das modalidades assumam também relevância. De acordo com Koch:

O que importa ressaltar é o fato de que, ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos *atos ilocucionários de modalização*, que se atualizam através dos diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais). Entendendo-se por *modalidade* toda marca

linguística que indica a atitude do locutor com relação à sua enunciação (KOCH, 1981, p. 112-113).

Sob essa perspectiva, podemos afirmar que os modalizadores estão relacionados à intencionalidade, o que nos possibilita asseverar que não há discurso neutro, mas sim eivado pelas intenções de quem fala.

Nesse contexto, segundo Koch, os modalizadores:

caracterizam os tipos de atos de fala que desejam desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso (KOCH, 1996, p. 138).

Ademais, os modalizadores discursivos possibilitam, nas palavras de Koch (1981, p. 114): “(...) a construção de um verdadeiro retrato do evento histórico que é a produção do enunciado”.

Prosseguindo nos seus estudos, Koch (1981, p. 113) arrola vários tipos de lexicalizações possíveis das modalidades, as quais se apresentam, sob um viés sintático, desdobrados em orações, entre os quais citamos:

(i) **Performativos explícitos:** Esses performativos identificam o tipo de ato que o falante deseja evidenciar, como, por exemplo, um aviso, uma ordem, promessa, declaração, pergunta, a exemplo de:

[Eu aviso] que não trabalharei mais aqui.

[Eu ordeno] que saia daqui.

[Eu prometo] que você sairá daqui.

[Eu declaro] que você não trabalha mais aqui.

[Eu pergunto] se você entendeu.

Vale assinalar que tais performativos podem ser perfeitamente omitidos, o que comprova o fato de eles não fazerem parte do conteúdo da proposição. Por vezes, podem aparecer como orações justapostas, intercaladas ou pospostas. A título de ilustração, vejamos os exemplos apontados por Koch (1996, p. 139):

(5') Eu aviso: não compartilharei com essa farsa.

(5'') Não compartilharei – eu aviso – com essa farsa.

(5''') Não compartilharei com essa farsa – eu aviso
– é um aviso

(ii) **Predicativos cristalizados:** Esses performativos, segundo Koch (1981, p.113) ora denotam o grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado pelas “encaixadas”⁵, ora o falante não se engaja totalmente com o conteúdo veiculado, ora atribui a outrem a responsabilidade do que assevera, respectivamente, a exemplo de:

⁵ A propósito, seguindo a trilha dos estudos de Koch (1981), ao tratar das orações modalizadoras, orações encaixadas são aquelas que se encontram integradas estruturalmente em outra, numa relação parte-todo. Sob um olhar gramatical, são as Linguasagem, São Carlos, v. 23 (1): 2015.

[É certo (tenho certeza de)] que eu irei ou, de igual modo, [É claro (é evidente, é indubitável) que] eu irei.

[É provável (é possível)] que o aluno esteja errado.

[Professores incompetentes afirmam] que alunos não sabem nada.

(iii) **Verbos de atitude proposicional:** Nesse caso, observamos, uma vez mais, que o locutor não se engaja totalmente no conteúdo veiculado na proposição. Podemos dizer que o que difere dos exemplos apontados de predicativos cristalizados é o simples fato de o locutor se engajar em menor grau, como bem assevera Koch (1996), o falante, fazendo uso dos modalizadores, pode se engajar num maior ou menor grau, a exemplo de:

Eu creio que ele virá.

Eu sei que todos vão chegar à faculdade mais cedo.

Eu duvido que ela consiga ir hoje.

Eu acho que ele gosta de mim.

Sob o enfoque de Koch (1996), a primeira oração do enunciado funciona como um espelho da enunciação, revelando, linguisticamente, a maneira como o conteúdo da proposição é apresentado ao interlocutor, por meio de expressões modalizadoras que revelam uma maneira de significar diferente daquela na qual é veiculado o conteúdo da proposição. Dessa maneira, podemos pensar não só naquilo que é dito, bem como no modo como aquilo que se diz é dito.

Assim sendo, para analisarmos as orações modalizadoras, ou seja, o modo pelo qual o conteúdo que precisa ser dito é apresentado ao interlocutor, valemo-nos, também, da Linguística Textual, em virtude de ela se centrar no texto em toda a sua completude, explorável segundo a situação na qual se deu a sua produção, validando a importância do texto/discurso.

A Linguística Textual: um novo olhar sobre as orações principais e subordinadas

Tomando como objeto principal o texto/ discurso, em virtude de ele ser o possuidor de recursos significativos de manifestação da linguagem, a Linguística Textual vai além dos limites frasais trazendo para o campo da pesquisa linguística uma unidade maior, mais completa capaz de proporcionar respostas a questionamentos que antes não podiam ser respondidos, uma vez que a frase, fora do seu contexto de enunciação, não dá conta de abarcar todas as possibilidades de análises que envolvem o seu processo de enunciação.

Daí a necessidade de uma análise à luz da perspectiva textual, que traz ao falante da língua uma gama de possibilidades e respostas aos problemas linguísticos que a GT não tem dado conta de resolver. Além de tratar do texto/discurso, nos moldes de Koch (1981), a Linguística Textual aponta para a importância de analisá-lo no seu contexto pragmático, que seria o conjunto de condições externas ao texto: fatores como a produção, a recepção e a interpretação do texto,

ditas subordinadas subjetivas e objetivas diretas. Por ora, por atender ao escopo dessa investigação, não nos deteremos na abordagem funcionalista no tocante a essas orações, pelo fato de essa abordagem não fazer parte do enfoque deste artigo.

com uma representativa contribuição da Teoria dos Atos de Fala aos pressupostos da Linguística Textual.

Sendo assim, dizemos que o objeto fundamental da pesquisa linguística deve ser o texto. Por esse viés, o texto deve ser a base para uma análise voltada para os conceitos de oração principal e de oração subordinada substantiva subjetiva e objetiva direta na GT. Alegamos nessa situação que critérios de ordem meramente sintática não resolvem uma série de problemas ligados a tais orações.

Outrossim, há o fato de a procura da oração principal não coincidir com a determinação da ideia principal do contexto. Dessa forma, determinados atos de linguagem só encontrarão análises plausíveis dentro do texto e da enunciação. A proposta de uma análise mediada pelo entrelaçamento dos componentes sintático-semântico-pragmáticos surge, entre outros, em Koch (1981):

Toda oração ou conjunto de orações veicula significados; forma e conteúdo – como também a maneira pela qual são veiculados – são conceitos solidários, que não podem e não devem ser desvinculados no estudo da linguagem humana. Foi por isso que se fez sentir a necessidade da incorporação aos estudos linguísticos dos componentes semântico e pragmático: o funcionamento global de uma língua só pode ser devidamente explicado por um estudo integrado dos três componentes (KÖCH, 1981, p. 131).

No que se refere às relações entre as orações ditas principais e subordinadas subjetivas e objetivas diretas, haveria interdependência, já que a presença de cada uma delas no período é necessária para veicular o significado pretendido pelo usuário da língua. Nesses moldes, Koch (1981) contesta a ideia de oração principal afirmando que as orações de um período e as de um texto são interdependentes, formando uma totalidade em que tudo está relacionado.

Enquadramos nesse caso, por exemplo, as orações consideradas modalizadoras e encaixadas. Não havendo, desse modo, relações de subordinação entre uma e outra, em função de serem encaixadas, encontrarem-se numa relação de constituência Halliday (1985; 1994; 2004), numa relação parte-todo. Fica claro que esses conceitos de oração principal e de subordinação tornam-se obsoletos, valorizando, assim, o ponto de vista semântico e pragmático, havendo, pois, uma relação de interdependência entre ambos.

Feitas essas breves considerações, passemos, agora, à análise do *corpus* como forma de consubstanciar a teoria na qual acreditamos.

Análise do *Corpus*

Numa análise qualitativo-interpretativa, propomo-nos a verificar a maneira como as orações modalizadoras numa relação parte-todo com as encaixadas aparecem distribuídas utilizando um *corpus* constituído por seis excertos retirados da seção *Última Palavra* da revista *Isto É*.

Ademais, vale ressaltar que, por questões de espaço, não nos propomos a analisar o estilo dos articulistas nem o gênero em que se inserem seus artigos de opinião, contentando-nos em destacar somente o fato de esses articulistas manifestarem a atitude deles em relação ao que

dizem. Nesse ponto, os modalizadores desnudam, por meio de recursos que a própria língua oferece, a subjetividade, como exemplo e confirmação da abordagem assumida neste artigo: a da Linguística Textual.

Passemos às análises.

Num primeiro momento, nos três excertos a seguir, sob o enfoque da abordagem tradicional, Bechara (1968; 1982; 2001; 2009), Cunha e Cintra (1985), Rocha Lima (1968; 1982) e Cegalla (2008) apontam como orações principais: *É improvável*, *É provável* e *É impossível* e como subordinadas substantivas subjetivas: *que a União Europeia e o FMI tenham recursos suficientes para um pacote tão grande; que, com menos competição, a inflação subisse e as taxas de juros também; e que, num curto espaço de tempo, “tudo” se realize.*

Dessa maneira, tais classificações priorizam o indeterminismo da língua, restritas que são ao nível sentencial, sem se levar em conta a situação de enunciação, com base na equivalência sintática dessas orações no período, ou seja, na relação sintática de dependência entre um termo chamado principal e outro chamado subordinado.

Na contramão disso, sob um olhar linguístico, ancorado no aporte teórico da Linguística Textual, essas orações ditas subordinadas serão chamadas encaixadas na primeira oração (oração matriz), melhor dizendo, na oração modalizadora. Nesse ponto, não haverá mais a distintividade canônica traçada pela GT entre oração principal e oração subordinada, na qual, por exemplo, “um exame mais acurado mostra que a ideia principal se encontra justamente na oração encaixada” (KOCH, 1981), que comporta o conteúdo proposicional com maior carga informativa, em que a primeira oração aparece para modalizar o enunciado, o que não deve ser desprezado semanticamente.

1º “Um a um, estes países têm de escolher entre calote da dívida – como na Argentina em 2001, com o PIB encolhendo mais de 10% no ano seguinte – ou perda de soberania na política econômica, em troca de um pacote de salvamento do FMI. Grécia e Irlanda já fizeram a segunda opção. Portugal tomará o mesmo caminho em breve. A seguir é que a coisa fica complicada. A Espanha, cujo PIB não cresce há nove trimestres, dificilmente terá tal escolha. A dívida espanhola é muito maior do que as da Grécia, Irlanda e de Portugal somadas. [*É improvável*] *que a União Europeia e o FMI tenham recursos suficientes para um pacote tão grande.* Mesmo que se consiga evitar o calote espanhol, será ainda mais difícil impedir o colapso seguinte, o da Itália” (Isto É, 15/12/2010).

Analisando esse fragmento de texto em destaque, podemos dizer que a oração modalizadora, marcada por [], [*É improvável*] se encaixa na oração *que a união europeia e o FMI tenham recursos suficientes para um pacote tão pequeno*, com a qual mantém relação de interdependência, não podendo, pois, serem separadas uma da outra, uma vez que uma é parte da outra. Aqui, o articulista manifesta, diante do contexto de endividamento dos países da União Europeia, a sua *descrença* em relação ao fato de a Espanha, que possui uma das maiores dívidas, conseguir resolver o seu problema, mesmo solicitando a ajuda do FMI e da União Europeia, se pensarmos no contexto discursivo que se seguiu: Mesmo que se consiga evitar o calote espanhol.

Nesse caso, vimos um articulista que não se engaja totalmente com o conteúdo proposto, realizando uma afirmação atenuada, podendo, desse modo, eximir-se da responsabilidade do que foi dito.

2º “Ainda, se o governo conseguisse evitar que o dólar caísse e, assim, impedir que os importados chegassem tão baratos por aqui, [*é provável*] que, com menos competição, a inflação subisse e as taxas de juros também. E aí *bye-bye* financiamento barato para o seu carro, o apartamento novo, o Caribe...” (Isto É, 20/10/2010).

Nesse segundo excerto, num viés linguístico, há a presença do modalizador [*É provável*], o qual figura dentro dos predicados cristalizados, retratando a ideia de algo que, para o falante, parece ser certo, mas dubitável. Caso o articulista seja questionado sobre o que foi dito, terá a chance de se escusar da responsabilidade do seu enunciado, em virtude de ele não se encontrar, uma vez mais, totalmente engajado com o conteúdo veiculado por ele.

De mais a mais, o adjetivo *provável* suscita a ideia de um fraco comprometimento do falante em relação ao estado de coisas da oração encaixada... *que a inflação subisse e as taxas de juros também*, diante da incerteza de tais fatos ocorrerem. Com efeito, o articulista, ao usá-lo, indica ser descomprometido com a verdade do conteúdo proposicional.

Assim, podemos dizer que, como recurso argumentativo, o quase-asseverativo [*É provável*], correspondendo a *provavelmente*, não coloca o enunciado contra tal possibilidade, abrange uma dupla argumentação, permitindo a mudança de rumo nos argumentos, sempre que necessário for.

3º “A mais clássica dentre (sic) as canções diz: “Adeus ano velho, feliz Ano Novo, que tudo se realize no ano que vai nascer, muito dinheiro no bolso, saúde pra dar e vender.” Bem, entusiasmados de dezembro à parte, eu diria que [*é impossível*] que, num curto prazo de 12 meses, “tudo” se realize. Seria pedir demais ao destino. Já “dinheiro no bolso” e “saúde pra dar e vender”, pode-se dizer que são pedidos prá lá de legítimos e palpáveis” (Isto É, 5/1/2011).

Nesse terceiro excerto, há a presença da oração modalizadora [*É impossível*], no qual o articulista, por meio do performativo [*É impossível*], com uma modalidade assertiva, assinala explicitamente o seu engajamento num grau maior (de modo diferente, por exemplo, do segundo excerto) com relação ao conteúdo proposicional da oração encaixada que, *num curto espaço de tempo, “tudo” se realize*, em que “o falante assume total responsabilidade relativamente ao conteúdo asseverado, criando, também, para o interlocutor, o dever de crer; em decorrência disso, apresenta seu discurso como autoritário, não admitindo contestação” (KOCH, 2002, p. 138).

Num segundo momento, nos três excertos a seguir, sob um enfoque tradicional, Bechara (1968; 1982; 2001; 2009), Cunha e Cintra (1985), Rocha Lima (1968; 1982) e Cegalla (2008) apontam como orações principais: *Sei; Sabia; e Afirmei* e como orações subordinadas substantivas objetivas diretas: *que uma boa salada de folhas após a carne facilita - e muito - a*

*digestão; que aquele caminho era estupidamente mais longo e complexo*⁶; e *que a zona do euro se despedaçaria ou a crise da dívida europeia pioraria muito*⁷.

4º “[*Sei*] *que uma boa salada de folhas após a carne facilita – e muito – a digestão* (eventualmente para ajudar a diluir a culpa também). Mas nenhum argumento me convencerá do contrário. Lugar de boi é na mesa, bem ou malpassado, e sua serventia é nosso pasto. Isso para mim são favas contadas” (Isto É, 2/2/2011).

5º “Cocei a cabeça irritado. Embora eu não soubesse exatamente qual o trajeto a seguir, [*sabia*] *que aquele caminho que ele fazia era estupidamente mais longo e complexo*” (Isto É, 27/4/2011).

6º “Em Março, neste mesmo espaço, [*afirmei*] *que a zona do euro se despedaçaria ou a crise da dívida europeia pioraria muito*, provavelmente ambos. Comentei que a Grécia era só começo. Agora, quando a crise atinge em cheio a Irlanda, forçando-a a aceitar um pacote financeiro de quase R\$ 200 bilhões da União Europeia e do FMI para evitar um calote de sua dívida, é hora de retornarmos o assunto” (Isto É, 15/12/2010).

Nesses três últimos excertos, validando os estudos advogados pela Linguística Textual, observamos a presença de verbos de atitude proposicional e performativo explícito, respectivamente: [*Sei; sabia; e afirmei*]. Observamos, nesses casos, que há uma relação de interdependência semântica entre as orações, de forma que a força ilocucionária nos atos propostos pelos verbos atitudinais e performativo explícito que aparecem com o formato de uma oração modalizadora nas orações matrizes ampliam o sentido das encaixadas.

Quando o articulista diz, por exemplo, [*sei e sabia*], ele nos aponta o caminho da convicção que tem sobre o que está dizendo, isto é, algo o leva a crer que, por algum motivo, ele está convicto, assumindo, assim, a responsabilidade sobre a informação veiculada no conteúdo proposicional, como já vimos no terceiro excerto. Desse modo, eis a pertinência do que atesta Koch: “Se, por acaso, o locutor puser em dúvida o conteúdo da asserção, o locutor, provavelmente, dirá algo como: ‘Pois se eu estou lhe dizendo...’” (KOCH, 2002, p. 138).

Em contrapartida, quando o articulista diz [*Afirmar*], a exemplo de [*Eu avisei*], ele deixa vir à tona o tipo de ato que deseja evidenciar no momento da enunciação, isto é, esse articulista evidencia uma situação que já havia sido predita por ele: a crise econômica europeia. Aponta o fato de ter precavido o seu interlocutor sobre a crise que hoje se instala por quase toda a Europa, e, por fim, deixando nas entrelinhas a ideia de que tudo o que ele afirmou que iria acontecer de fato aconteceu, propõe a retomada do assunto.

À luz do que foi dito, podemos afirmar que a modalização corresponde a um comentário sobre o que se disse, uma avaliação do articulista sobre o próprio enunciado, pois o homem não se contenta em falar sobre as coisas do mundo sem emitir sua opinião, tentando,

⁶ Há de se destacar que a oração *que ele fazia*, apesar de ser considerada também encaixada, em razão de ser oração relativa restritiva, não faremos menção a ela, por fugir, aqui, do escopo da nossa investigação, motivo pelo qual não consta nesse exemplo retirado do *corpus*.

⁷ A propósito, vale assinalar que as orações *a zona do euro se despedaçaria ou a crise da dívida europeia pioraria muito* se apresentam coordenadas entre si, sendo, pois, coordenadas alternativas, numa abordagem tradicional. Na terminologia da Linguística textual, nos termos de Koch (2002, p. 126), tais orações seriam disjuntivas exclusivas.

muitas vezes, por meio dela, mudar um estado de coisas. Assim é que, em maior ou menor grau, os textos produzidos pelo homem vão revelando não apenas os fatos, mas também comentários sobre esses fatos.

Seguindo esse raciocínio, há sempre intenções por parte de quem fala ao comunicar o seu enunciado, as quais se revelam por marcas presentes na situação enunciativa, sejam explícitas, sejam implícitas, nunca apresentando um grau de modalização zero, pois aquele que diz sempre deixa pistas sobre o seu dizer, não havendo, pois, possibilidade de um texto ser neutro, totalmente objetivo.

Considerações Finais

Do que aqui se expôs, verificamos que a GT não aborda uma perspectiva mais ampla da estrutura e do funcionamento da língua (re)construída na enunciação. Na verdade, sabemos que não era esse o seu propósito nem sua preocupação. Por outro lado, com um olhar linguístico, podemos dizer que, ao privilegiar o papel de quem fala, os estudos da Linguística Textual resgatam o que outrora havia sido colocado à margem, ou seja, a língua descontextualizada.

Nesse sentido, uma análise meramente sintática com perspectiva classificatória, presa ao nível frasal, que não leva em conta a participação do falante, não trata do momento da enunciação, não menciona as esferas textuais e contextuais, não dá conta de responder aos questionamentos que brotam das lacunas que a classificação canônica tem deixado, no que concerne às orações subordinadas substantivas subjetivas e objetivas diretas.

Por essa via, a partir da análise das orações retiradas dos artigos de opinião da revista *Isto É*, percebemos que é o falante da língua quem determina, por meio não só do texto, como pelas escolhas que realiza, ao construir um enunciado, quais serão as marcas linguísticas que determinarão o sentido do enunciado posto.

Assim é que, numa análise voltada para o texto/discurso, há necessidade de repensarmos a ideia de subordinação, além de ser preciso rever a concepção de oração principal, pois ela figura como um modalizador e não encerra a informação principal do período, mas sim o maior ou o menor grau de adesão do articulista em relação ao discurso que produz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 14 ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1968.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1. e 2. graus: com base na nomenclatura gramatical brasileira e no último acordo ortográfico*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BECHARA, E. *Gramática escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2001.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward, Arnold Publishers, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3 ed. revised by C. M. I. M. Matthiessen. London: Edward, Arnold Publishers, 2004.

KOCH, I. G. V. *Aspectos da argumentação em Língua Portuguesa*. 1981. 333f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1981.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V., TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 14 ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 13 ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., Editôres, 1968

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 22 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

SEARLE, J. 1969. *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Cambridge, England: Cambridge University.